

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ
COLEGIADO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NO
MUNICÍPIO DE TEFÉ, AM**

ANDRESSON ARAUJO DA SILVA

**TEFÉ, AM
- 2024 -**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ
COLEGIADO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NO
MUNICÍPIO DE TEFÉ, AM**

ANDRESSON ARAUJO DA SILVA

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao colegiado de
Ciências Biológicas como requisito
para obtenção do grau de
licenciado em Ciências Biológicas.**

**Orientador: Prof. Dr. Guilherme
Freire**

**TEFÉ, AM
- 2024 -**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ
COLEGIADO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Atuação do Conselho Municipal do Meio Ambiente no Município de Tefé, AM, apresentado por Andresson Araujo da Silva, em 23 de fevereiro de 2024.

Banca de Avaliação

**Prof. Me. Sandro Augusto Regatieri
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**

**Prof. Dr. Wilsandrei Cella
Universidade do Estado do Amazonas**

**Prof. Dr. Guilherme de Queiroz Freire
Universidade do Estado do Amazonas**

**TEFÉ, AM
- 2024 -**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ- CEST
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
ATA DE AVALIAÇÃO DE TCC - ARTIGO

Dados de Identificação

Nome da Aluno (a): **Andresson Araujo da Silva**
Título do trabalho: **Atuação do Conselho de Defesa do Meio Ambiente no município de Tefé, AM**

Nome do Professor Orientador: **Dr. Guilherme de Queiroz Freire**

Ano/Semestre: **2023/2.**

Turma: **8º Período**

Artigo (Resultado Final)
0,0 -10,0
8,6

[Handwritten Signature]
COMISSÃO EXAMINADORA

Data: 23/02/2024.

[Handwritten Signature]

Coordenadora do curso de Ciências Biológicas

[Handwritten Signature]

Secretária Geral

[Handwritten Signature]

Aluno

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

Universidade do Estado do Amazonas - Reitoria
www.uea.edu.br
Centro de Estudos Superiores de Tefé - CESTAJEA,
Estrada do Beirão, 1085 - Jerusalém
Fone/Fax: (97) 3343-3461/3343-3396
CEP: 69552-315 - Tefé/Amazonas

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
METODOLOGIA.....	10
RESULTADO E DISCUSSÃO	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

RESUMO

A criação de conselhos participativos em diferentes áreas e níveis de administração pública é de grande importância no Brasil e estabeleceu uma nova relação entre Estado e sociedade para discutir e decidir sobre políticas públicas no âmbito municipal. O município de Tefé, AM, apresenta diversos problemas ambientais, tais como, contaminação da água, coleta e disposição de resíduos sólidos entre outros fatores que levam à degradação ambiental. Neste contexto, o presente estudo analisou a atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Tefé, por meio da análise das atas de suas reuniões. Foram analisadas 79 atas de reuniões do período de 2009 a 2023. Foram tabuladas e analisadas informações como datas e regularidade de reuniões ordinárias e extraordinárias, presença e participação das instituições nas reuniões e as temáticas discutidas, com encaminhamentos e com ações resultantes. Os resultados mostraram que as reuniões do Conselho registradas em ata têm frequência média de apenas 5 reuniões por ano, o que representa 46% das reuniões que deveriam ter acontecido no período analisado. Das instituições, as que mais estiveram presentes nas reuniões foram o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Universidade do Estado do Amazonas e Prelazia de Tefé e que também apresentaram a maior média de participações nas discussões. Foram contabilizadas 345 pautas, categorizadas em 11 temáticas diferentes, com média de 4,7 pautas por reunião. Dessas pautas, 24,9% geraram encaminhamentos e apenas 9,5% resultaram em ações, o que é considerado muito pouco, uma vez que, em média, são necessárias 10 discussões sobre uma mesma temática para gerar uma ação. Ainda assim, apesar das dificuldades encontradas, considera-se o COMDEMA como instância fundamental para o desenvolvimento ambiental do município, e que deve receber maior atenção e comprometimento para sanar as dificuldades encontradas, proporcionando ações para a mudança e transformação da qualidade de vida e do meio ambiente de Tefé.

Palavras-chave: Conselho; gestão; prefeitura; meio ambiente; município.

ABSTRACT

Participatory councils in different areas and levels of public administration is important in Brazil and has established a new relationship between the State and society in order to discuss and decide on public policies at the municipal level. The municipality of Tefé, AM, presents several environmental problems, such as water contamination, collection and disposal of solid residues, among other factors that lead to environmental degradation. In this context, the present study analyzed the performance of the Tefé Municipal Environmental Council, through the analysis of the Minutes of its meetings. Were analyzed 79 Minutes of meetings from 2009 to 2023. Information such as dates and regularity of ordinary and extraordinary meetings, presence and participation of institutions and the topics discussed were tabulated and analyzed, with referrals and resulting actions. The results showed that Council meetings recorded in Minutes have an average of just 5 meetings per year, which represents 46% of the meetings that should have taken place in the analyzed period. Mamirauá Institute for Sustainable Development, Amazonas State University of and the Prelacy of Tefé, were the most present institutions at the meetings. Those also had the highest average number of participants in the discussions. Were recorded 345 subject's discussions, categorized into 11 different themes, with an average of 4.7 agendas per meeting. Of these topics, 24.9% generated referrals and only 9.5% resulted in actions. So, 10 discussions on the same topic are needed to generate one action. Even so, despite the difficulties observed, Tefé Municipal Environmental Council is considered to be a fundamental instance for the environmental development of the municipality, and that it should receive greater attention and commitment to remedy the difficulties encountered, providing actions for change of the life quality at Tefé.

Keywords: Council; management; municipality; environment.

INTRODUÇÃO

A falsa dualidade comumente colocada entre o desenvolvimento e o meio ambiente vem sendo um dos principais focos de discussões na sociedade. Isso devido à falta de ações de políticas públicas para fiscalizar e debater sobre os problemas ambientais, para que se possa levar a ações adaptáveis com caminho à sustentabilidade (SANTOS, 2004). Para Abreu et al. (2014), esses problemas incluem a perda de grande parte da biodiversidade, elevadas taxas de exploração dos recursos naturais e as mudanças do clima.

Da idade média até o século XIX, o ser humano vinha tratando os bens ambientais como recursos inesgotáveis, e os problemas ambientais se intensificaram a partir da revolução industrial de 1930, com a migração da população da área rural para área urbana, levando ao crescimento acelerado de pessoas em cidades com infraestruturas inadequadas, causando dessa forma a perda da qualidade de vida nas grandes metrópoles (CEZARE, 2009), como a poluição atmosférica, conhecida em Londres como nevoa matadora, que levou a morte de mais de quatro mil pessoas em 1952; a contaminação da água em 1956 no Japão, ocasionando 157 mortes, e também a liberação de gases que acabaram por degradar parte da camada de ozônio (Hogan, 2009).

As grandes mudanças em relação às condições ambientais suscitaram o surgimento de grandes debates sobre catástrofes ecológicas que vinham prejudicando a vida do homem no planeta. A partir da percepção destas mudanças, surgiram propostas para a redução desses impactos, as quais incluíram a necessidade de criar um padrão de desenvolvimento sustentável (GUERRA et al.,2007). Camargo (2003) considera o desenvolvimento sustentável uma forma de atingir em si assuntos que estabelecem questões ambientais e desenvolvimento humano, no qual tem o objetivo de se interrelacionarem, trazendo dessa forma o debate sobre a importância do ser humano viver e coevoluir com as outras formas de vida do planeta, além de ser planejado como um novo modelo que correlacione o desejo coletivo de paz, liberdade, meio ambiente equilibrado com melhores condições de vida.

A Conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano realizada em Estocolmo em 1972 foi de grande importância para o debate sobre desenvolvimento sustentável, com a presença de 113 países. Nesta conferência, comunidade internacional passou a associar a qualidade de vida ao desenvolvimento sustentável (SOUZA, 1995). Mais tarde, em 1981, o Brasil reestruturou a gestão ambiental com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981). No âmbito da Constituição Federal é colocada:

“Art. 2 – A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana”. (BRASIL, 1981).

No arranjo da constituição, para lidar com assuntos ambientais, foi criado o SISNAMA, por meio da Lei nº 6.938/1981, dividido em órgão central, órgãos seccionais e por fim órgãos locais. Apresenta também um órgão superior denominado de Conselho Nacional do meio ambiente (Conama) como também os órgãos executores como o IBAMA e o ICMBio (LEME, 2010).

Coimbra; Fernandes (2011) destacam a importância da sociedade civil nas discussões sobre políticas ambientais no Brasil. Segundo eles, o final da ditadura militar foi essencial para haver participação da sociedade civil em processos de discussões políticas de governo, podendo participar de processos decisórios relacionados a questões Ambientais. Quase 10 anos depois, a Conferência da ONU Rio 92 aprofundou as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, elaborando as bases para a “Agenda 21” que se designa como um instrumento com o objetivo de contribuir para as políticas públicas dos Estados, auxiliando a organização de uma nova norma de desenvolvimento que passe a ter uma aliança com a proteção do meio ambiente (QUEIROZ, 2005).

Côrtes (2005), destaca a grande importância da criação e organização de conselhos participativos em diferentes áreas e níveis da administração pública no Brasil. Com a organização e criação desses conselhos foi essencial para a mediação desses conflitos, o que levou um conjunto expressivo de municípios brasileiros a

criarem o conselho municipal do meio ambiente juntamente com outros conselhos, estabelecendo uma nova relação entre o estado e a sociedade. Um novo paradigma de governança pública com a participação da sociedade nos espaços de decisões públicas (CARVALHO et al. 2004).

No Estado Amazonas, entre 2003 e 2008, três Conferências Estaduais de Meio Ambiente foram realizadas com a participação de diversos setores da sociedade para discutir e criar o Plano Estadual de Meio Ambiente (decreto de nº 23.625/2003; ANDRADE et al.,2012) .

Dentre os 62 municípios Estado do Amazonas, Tefé é o quinto mais populoso, e no que se refere às questões ambientais, segundo afirmam Rodrigues e Billancrês (2021), o alto crescimento populacional na cidade provocou uma série de problemas socioambientais. O aumento de residências flutuantes e palafitas e a falta de saneamento levam ao aumento a degradação ambiental, contaminação da água, acúmulo de lixo, além de despejos fecais e outros fatores que levam a degradação ambiental (TRINDADE, 2013).

Grande parte das ruas não apresentam rede e recolhimento de esgoto, além de receptor e reservatórios de resíduos sólidos adequados, o que aumenta ainda mais a problemática da poluição (MORAES E HENKES 2015). Durante 2006 e 2007 a cidade produzia diariamente 20 toneladas de resíduos sólidos, e a cidade passou pelo período conhecido como “crise do perigo aviária” devido à destinação inadequada dos resíduos sólidos deixados em céu aberto próximo ao aeroporto, o que levou a justiça a parar o transporte aéreo devido à preocupação de choques de aeronaves com aves que voavam próximo ao local (SILVA E PINHEIRO, 2010). A criação de estradas rurais aumentou o processo de ocupação e modificação da paisagem e intensificou o desmatamento ligado principalmente a grilagem de terras, aumentos de terrenos de moradias e atividades agropecuárias (CONCEIÇÃO et al., 2017; MESQUITA, 2017).

Conforme Mesquita (2017) a questão ambiental nas estradas de Tefé (EMADE e Agrovila) estão diretamente relacionadas às políticas territoriais, visto que cada estrada compõe urbanização e transportes, na qual passa a se tratar no local certa produção, sendo valorizada principalmente a utilização de recursos naturais, causando

dessa forma impactos sendo alguns deles de vulnerabilidade ambiental. O município de Tefé dispõe do COMDEMA denominado Conselho Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei nº. 028/2006. Trata-se de um órgão com representação de setores da sociedade tefeense (6 membros de setores públicos e 6 membros de setores civis), para se discutir e decidir pontos importantes sobre políticas públicas ambientais no âmbito municipal (FRIAS; SOUZA, 2021). Deve criar diretrizes para a gestão municipal do meio ambiente, propondo normas e procedimentos com o objetivo de proteger e conservar o meio ambiente (PEIXOTO, 2013) e ainda estimular a sociedade a participar das discussões colocando em pautas seus pontos sociais e ambientais com fundamento na sustentabilidade (NOVICKI E SOUZA, 2010). Diz a lei de sua criação:

“... tem caráter consultivo e deliberativo, o qual tem por objetivo auxiliar o prefeito do município no que se refere a assuntos de proteção, conservação e defesa do meio ambiente, se organizando funcionalmente em: Presidente, Plenário e Secretaria executiva” (TEFÉ, 2009).

Dentre as funções dos conselheiros no Conselho Municipal do Meio Ambiente compete a eles estarem presentes nas reuniões em que o presidente os convocar, participarem ativamente das votações e debates postos em Atas e propor temas para a próxima reunião (TEFÉ, 2009).

Conhecendo a importante função do COMDEMA nos municípios e os desafios ambientais do município de Tefé, AM, este trabalho buscar analisar detalhadamente a regularidade das reuniões do COMDEMA, a análises das datas das reuniões ordinárias e extraordinárias, a avaliação da presença e participação das instituições com assento em cada reunião, a análise das temáticas em pautas e a verificação de encaminhamentos e ações após discussões das pautas.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado município de Tefé (Figura 1) que apresenta uma população de 73.669 habitantes (IBGE, 2023). Possui uma área de 23.704 km², sendo um polo de grande importância na região do médio rio Solimões, visto que é um local

que apresenta muitos recursos de uso a população que não tem nos municípios próximos são disponibilizados na cidade de Tefé (NUNES E RODRIGUES, 2017).

Ribeiro (1996) destaca que o acesso ao município é feito por embarcações de todos os portes e aeronaves, sendo o aeroporto da cidade um dos mais movimentados do interior amazonense, no qual a principal atividade do setor primário no município de Tefé é a agricultura, realizada em comunidades ribeirinhas e nas estradas rurais, o que faz do município o maior produtor de farinha do médio Solimões, com a atividade de 8 mil agricultores, produzindo por ano 28 mil toneladas de farinha. No entanto, assim como a grande parte das cidades do estado do Amazonas, enfrenta também dificuldades como acesso à saúde, energia elétrica e saneamento ambiental (PORTO, 2011).

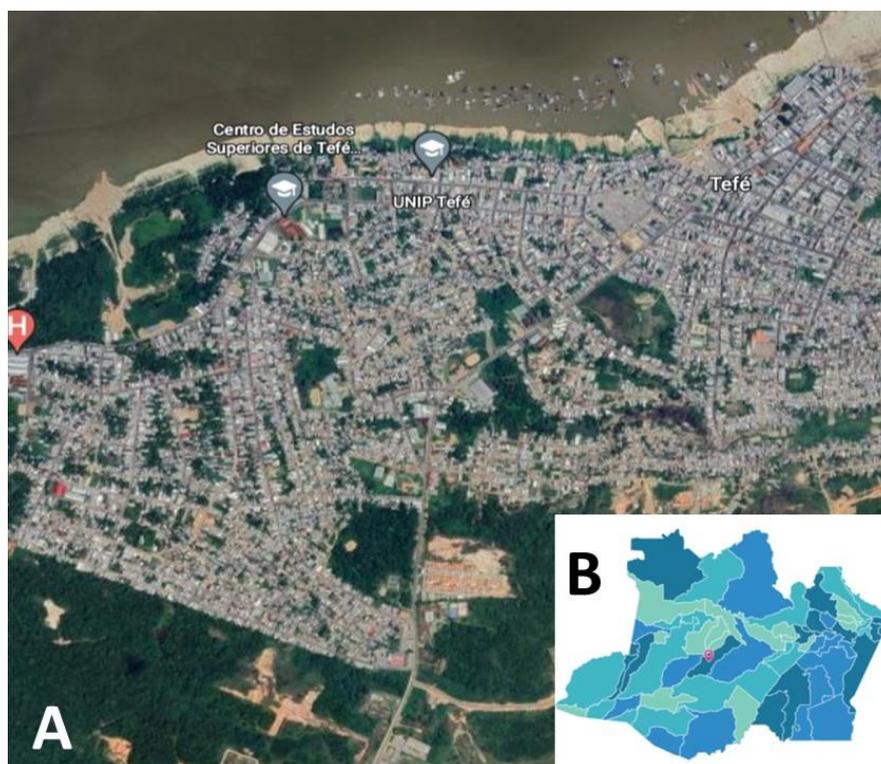


Figura 1:(A) localização geográfica da cidade e (B) Município de Tefé, Amazonas, Brasil. Fonte: (A) Google Earth e (B) (IBGE, 2023)

a. Coletas de dados

Para coleta de dados foram analisadas 79 atas das reuniões do COMDEMA disponibilizadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Tefé. Tais atas perfazem desde a primeira reunião, realizada em 19/05/2009 até a septuagésima

quinta reunião ordinária, realizada em 27/07/2023. Estão englobadas reuniões ordinárias e extraordinárias.

No decorrer de leitura de cada uma das atas, foram tabuladas em planilhas do Excel as seguintes informações:

- Datas de realização das reuniões ordinárias e extraordinárias
- Presença das instituições com cadeiras em cada reunião
- Número de participações de cada cadeira nas reuniões
- Temáticas em pautas de cada reunião exceto os informes
- Encaminhamentos após discussão de pautas em cada reunião
- Ações frutos de encaminhamentos e discussões de pautas em reuniões anteriores

b. Análise de dados

A atuação do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Tefé foi avaliada tomando por base a análise de diferentes aspectos relevantes quanto à sua atuação, e expressos nos objetivos específicos do trabalho. Para responder à cada um dos objetivos específicos propostos foram analisados os seguintes aspectos:

- Regularidade das reuniões ordinárias do COMDEMA:
As reuniões ordinárias do conselho são mensais, de forma que foi analisada a constância destas reuniões e os períodos em que houve pausa das reuniões. Sendo também realizada uma análise sobre a constância das reuniões em cada uma das gestões municipais desde a primeira reunião.
- Avaliação a presença e participação das instituições nas reuniões;
Para análise das cadeiras participantes no conselho, foi feita uma lista de todas as instituições presentes atualmente e que já passaram pelo COMDEMA, no qual foi analisado a frequência da presença de cada representante nas reuniões, além de quantificar a participação de cada instituição nas discussões de pautas, para buscar mensurar o nível de participação de cada instituição.

- Análise das principais temáticas discutidas em reunião
Foram tabulados todos os itens de pauta das reuniões. Os assuntos foram categorizados em temáticas e estas foram quantificadas para verificar quais temáticas estiveram mais frequentes nas pautas. Os “informes” não foram utilizados.
- Averiguação se houve encaminhamentos registrados após discussões sobre temas em pautas de reuniões
Assuntos de pauta devem ter discussão, encaminhamento e ação. Para cada temática pautada foi verificado se foram feitos encaminhamentos. As pautas com encaminhamentos foram quantificadas de forma a obter a porcentagem de pautas com ou sem encaminhamentos.
- Averiguação se houve ação após encaminhamentos registrados em ata
Se assuntos de pautas foram encaminhados após discussões, espera-se que haja alguma ação em relação ao encaminhamento. Dessa forma foi feita a quantificação de encaminhamentos que resultaram em ação. Para tanto, foram observadas as discussões e informes nas atas das reuniões consequentes.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Das atas analisadas

O presente trabalho analisou 75 atas ordinárias e 7 Extraordinárias do COMDEMA, sendo essas atas do período de 2009, ano da primeira reunião do conselho, até 2023, ano da última ata analisada, totalizando 82 atas. Contudo, 3 atas apresentaram conteúdo idêntico de atas de reuniões precedentes, e foram excluídas da análise: a ata da 2ª reunião apresentou a mesma informação da ata da 1ª reunião e, como as duas datavam de um mês anterior ao da 3ª reunião, foi considerada apenas a ata da 2ª reunião. As atas da 49ª e 70ª reuniões não foram analisadas, pois apresentavam o

mesmo problema. Por fim, foram consideradas apenas 79 atas de reuniões. Destas, apenas 53 (67%) foram assinadas pelos conselheiros (FIGURA 1).

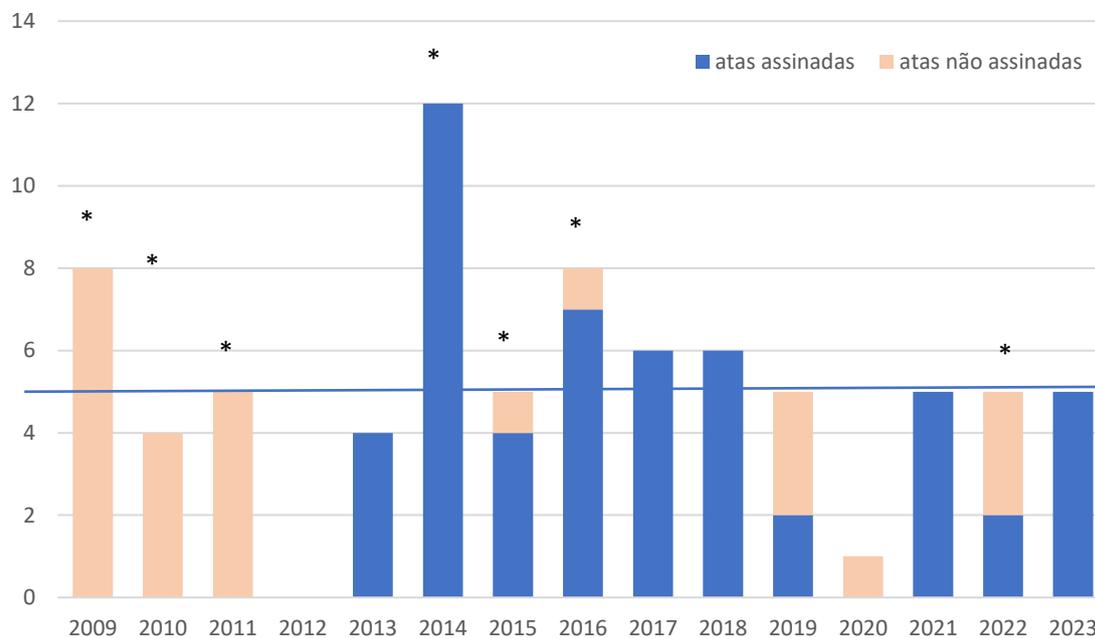


Figura 1. Frequência de reuniões do COMDEMA do município de Tefé, AM, com ata redigida entre 2009 a 2023. Linha azul = média de reuniões.

A figura 1 mostra que nos três primeiros anos da instalação do COMDEMA não houve reunião em todos os meses, e não houve o cuidado com a assinatura de nenhuma ata produzida. No ano de 2012, o COMDEMA não realizou nenhuma reunião. Carvalho (2005) destaca que para que o conselho tenha um funcionamento eficaz é necessário apresentar uma série de fatores, como: a frequência com que se realizam essas reuniões e também a capacidade de organizar o seu funcionamento interno. Ainda é possível observar que a partir de 2013, o COMDEMA passou a exigir assinaturas das atas de reuniões, tendo até 2014 todas as atas assinadas, demonstrando uma reorganização do COMDEMA. Porém, a regularidade das reuniões caiu nos anos seguintes. Em 2019, a maioria das reuniões não ocorreu assim como a maioria das atas produzidas não foram assinadas. Em 2020, com a pandemia, as reuniões foram paralisadas. O número médio de reuniões do COMDEMA por ano, desde o começo das reuniões, foi de aproximadamente 5 reuniões por ano, o que representa 46% das

reuniões que deveriam ter ocorrido no conselho. No que se refere a frequência de reuniões do COMDEMA, Cortez (2005) diz que a regularidade com que se ocorre as reuniões é uma das principais chaves para a avaliação do funcionamento efetivo do COMDEMA. Desta maneira nota-se, em Tefé, a necessidade de maior compromisso com tal frequência.

A partir da frequência de reuniões, foram analisados o percentual de reuniões e de atas assinadas em cada gestão municipal do município de Tefé, no período de 2009 a 2023 (tabela 1). Dentre esses períodos, o município de Tefé teve como representante 5 prefeitos, ressaltando que alguns não chegaram até o final do seu mandato, devido a processos de cassação.

Tabela 1. Percentual de reuniões e atas a assinadas nas 5 gestões municipais de Tefé, AM, do período de 2009 a 2024.

Gestões	Reuniões	atas assinadas	%
Prefeitura Nicson Marreira(2021-2024)	15	12	80%
Prefeitura Normando Bessa (2017-2020)	18	14	77%
Prefeitura Jucimar Veloso (2014-2016)	25	23	95%
Prefeitura Antenor Paz (2013)	4	4	100%
Prefeitura Jucimar Veloso (2011-2012)	5	0	0%
Prefeitura Sidônio Gonçalves (2009 a 2010)	12	0	0%

A instalação do COMDEMA foi realizada em 2009 na gestão de Sidônio Gonçalves, que assumiu até 2010. Neste período, o Conselho realizou 12 reuniões. De 2011 a 2012 a prefeitura foi assumida por Jucimar Veloso, e nesse período o número de reuniões reduziu para 5 reuniões, paralisando o COMDEMA em 2012. Nessas duas gestões nenhuma ata foi assinada. A partir de 2013, no mandato de Antenor Paz, houve a volta das reuniões do Conselho, com a preocupação na assinatura das atas. Ele foi cassado no final do seu primeiro ano de mandato. O período em que se teve um maior número de reuniões foi o de 2014 a 2016 que foi no segundo mandato de Jucimar Veloso, com 95% das atas assinadas. Já no mandato seguinte, de Normando Bessa o número de reuniões reduziu, destacando ainda que algumas atas deixaram de ser assinadas. E por fim, no mandato do atual prefeito de Tefé, o Conselho realizou até o momento 15 reuniões que significa apenas 48% das reuniões que deveriam ter ocorrido durante seu mandato, destacando ainda que dessas reuniões 80% de suas atas foram assinadas.

Da presença e participação das instituições

Dentre as cadeiras que fazem parte do Conselho, 35 instituições já as ocuparam, com algumas instituições desde as primeiras reuniões, enquanto outras em diferentes momentos. A participação e discussão das instituições atingem diretamente os problemas tratados nas reuniões, o que propõem soluções e alternativas para resolver o problema abordado (ABRAMOVAY, 2001). Dito isso as instituições mais presentes nas reuniões do COMDEMA estão apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2. Presença das 10 instituições mais frequentes nas reuniões do COMDEMA em 79 reuniões no período de 2009 a 2023.

Instituição	Presença
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-IDSM	67
Universidade do Estado do Amazonas-UEA	54
Prelazia de Tefé	52
Exército	45
Instituto Chico Mendes-ICMBio	44
Polícia Militar	41
Corpo de Bombeiros	39
Associação Comercial e Empresarial de Tefé-ACET	39
Associação de Proteção Animal de Tefé-APAT	32
Colônia Pescadores	29

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Prelazia de Tefé historicamente são as mais presentes nas reuniões. São instituições que estão desde o começo das reuniões do COMDEMA, em 2009. Destacando ainda instituições que tiveram números menores de presenças como exército, ICMBio e polícia militar. Ainda é possível verificar a presença de instituições que passaram a fazer parte do Conselho depois de sua instalação, como Associação de Proteção Animal de Tefé (APAT), que entrou em 2014 e que tem um

total de 23 presenças nas reuniões sendo uma das atuais instituições presentes no conselho. Para que o conselho possa atingir seus objetivos de influenciar na gestão pública ambiental, principalmente em decisões voltadas a questões ambientais, é necessário que haja primeiramente a presença dos conselheiros nas reuniões, com a capacidade de identificar os principais problemas voltados a questões ambientais no município (JUSTO, 2014).

Quanto à participação das instituições nas reuniões, foram tabuladas 1311 participações registradas em ata (Tabela 3). Além da questão real da presença das instituições nas reuniões ser um ponto alarmante também se questiona a participação das instituições nas discussões no qual algumas se recusam aceitar o seu peso popular nas discussões (JACOBI, 2006). Das 35 instituições que já passaram pelo conselho, as 5 instituições com mais participação detiveram 66% de todas as participações, enquanto as 10 mais participativas detiveram 85% das participações. Tais números mostram o predomínio de poucas instituições muito participativas, enquanto a maior parte das cadeiras participa de maneira muito pouco frequente. Este cenário, segundo Farias (2010), causa um questionamento acerca da participação dos conselheiros, podendo ser considerados como representantes fechados de práticas decisórias em relação à degradação ambiental. Como consequência, segundo Abromovay (2001), a precariedade de participação de algumas instituições nas discussões tende a tornar o conselho submisso a poderes locais.

O IDSM obteve o maior número de reuniões em que teve participação ativa nas discussões, bem como maior média de participações por reunião registradas em ata. Segue a UEA, Prelazia de Tefé e ICMbio, que também apresentam a mesma média. A Associação Comerciantes e Empresários de Tefé (ACET) e Associação de Proteção Animal de Tefé (APAT) também possuem o mesmo número de 3 participações por reunião. Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidade de Conservação (DEMUC) se mostrou participativo nas reuniões, mas com baixo número de presenças nas reuniões.

Tabela 3. Número de reuniões com participação e média de participação por reunião das instituições com mais presenças nas reuniões. IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, UEA - Universidade do Estado do Amazonas, ICMBio - Instituto Chico Mendes, ACET - Associação Comercial e Empresarial de Tefé, APAT - Associação de Proteção Animal de Tefé, DEMUC - Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação, SEMPA - Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento.

Instituições	N. de reuniões com participação	Total participações	Média de participação por reunião
IDSM	66	265	4
UEA	50	207	4
Prelazia de Tefé	42	177	4
ICMBio	37	130	4
ACET	31	97	3
APAT	31	79	3
Exército	29	60	2
Polícia militar	22	39	2
DEMUC	15	38	3
SEMPA	15	34	2

Das temáticas pautadas, encaminhamentos e ações tomadas

Em cada reunião são discutidas pautas, nas quais se buscam os encaminhamentos e ações para tentar solucionar o problema. Para Silva et al. (2014), todos as pautas ambientais discutidas nas reuniões do COMDEMA devem ser motivo de preocupação pelos conselheiros, visto que são assuntos que prejudicam o meio ambiente e necessitam de ações o mais rápido possível. As pautas de reuniões foram sistematizadas sendo elas distintas em 11 categorias (tabela 4).

Chama atenção a grande quantidade de pautas sobre o funcionamento e regimento do COMDEMA, a temática sobre Resíduos Sólidos e questões relativas à Secretaria do Meio Ambiente. Nesta última temática, especificamente o assunto sobre o Fundo Municipal do Meio ambiente ganha destaque. Excetuando a temática dos resíduos sólidos, grande parte das discussões do COMDEMA tratam de questões burocrático-

administrativas. São importantes, mas não envolvem diretamente os problemas ambientais do município.

Foram quantificadas 345 pautas, com uma média de 4,7 pautas por reunião. Muitas dessas pautas se repetiam ao longo das reuniões.

Tabela 4. Temáticas tratadas nas reuniões do COMDEMA Tefé, entre 2009 e 2023, bem como o número de vezes que cada temática foi pautada, e número de vezes que houve encaminhamentos e ações.

Temáticas	Pautas	Encaminhamentos	Ações
COMDEMA	97	8 (8,25%)	3 (3,1%)
Resíduos sólidos	64	18 (28,2%)	5 (7,8%)
Secretaria de Meio Ambiente	53	18 (33,9%)	3 (5,6%)
Fiscalização	43	9 (20,3%)	6 (13,9%)
Ord. do espaço/compen. ambiental	33	14 (42,4%)	5 (15,1)
Educação Ambiental	21	3 (14,9%)	2 (9,5%)
Zoonoses	13	4 (30,7%)	1(7,6%)
Desmatamento /incêndios	12	6 (50%)	3 (25%)
Poluição sonora	4	3 (75%)	3 (75%)
Risco aviário	3	1 (33,3%)	1 (33,3%)
Qualidade da água	2	2 (100%)	1 (50%)
Total	345	86 (24,9%)	33 (9,5%)

As 345 pautas geraram 86 encaminhamentos. Isso significa que apenas 24,5% das discussões tiveram alguma decisão no âmbito dos encaminhamentos. Desses encaminhamentos apenas 38,3% resultaram em ações. Quando se considera todas as discussões pautadas, apenas 9,5% geraram alguma ação registrada em ata. Sendo assim, em média, para se ter uma ação efetiva são necessárias 10 discussões sobre uma mesma temática. Uma vez que cada temática é discutida apenas 1 vez por mês, tornam-se necessários 10 meses de discussão para haver 1 única ação para cada temática. Silva et al. (2014) ainda destaca que poucos são os números de ações feitas pelos Conselhos, no sentido de desenvolverem atividades minimizadoras de impactos ambientais, o que não é bom para a avaliação do conselho.

Assuntos relacionados ao COMDEMA foi um dos mais pautados, o que resultou em 8 encaminhamentos e 3 ações. Em relação à temática sobre “resíduos sólidos”, foi pautada 64 vezes, com 18 encaminhamentos e 5 ações (7,8%). Entre os problemas ambientais mais frequentes discutidos em reuniões de conselhos e pesquisas acadêmicas, os resíduos sólidos se encontram entre os mais pautados, apresentando

maior destaque devido ao padrão de consumo da população e também o descarte incorreto (MARCHESE; KONRAD; CALDERAN,2011). No que tange às questões internas da Secretaria do Meio Ambiente, foram 53 pautas, com grande frequência de assuntos relacionados Fundo Municipal do Meio Ambiente que geraram 18 encaminhamentos e 3 ações (5,6%). Sobre as “fiscalizações” que ocorrem no município de Tefé, essa temática chegou a ser discutida em 53 pautas, e originou 9 encaminhamentos e 6 ações. Segundo Dallago (2013), é atividade primordial do COMDEMA visto que deve fiscalizar atividades humana que cause algum dano ambiental e atua diretamente nos casos de flagrante e delito. Por outro lado, no caso da temática sobre “poluição sonora”, que apesar de ser pouco discutida nas reuniões e gerar poucos encaminhamentos, 100% desses encaminhamentos resultaram em ações. DUTRA (2007) mostra também a relevância deste tema, que causa grandes prejuízos ao meio ambiente e que está comumente presente nas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo indicou que há muitas dificuldades a serem superadas na atuação do COMDEMA de Tefé. Nos 14 anos de sua existência, nenhum ano teve todas as 12 reuniões ordinárias previstas no regimento, e a média anual de reuniões ficou abaixo de 50%. Embora o cuidado com as assinaturas das atas tenha melhorado a partir de 2013, foi possível constatar muita oscilação neste cuidado ao longo dos anos.

Em relação à presença e participação das instituições, poucas são as instituições que participam das discussões nas reuniões, o que chega a ser preocupante, visto que se não houver diferentes pontos de vista nas discussões os problemas ficam mais longe de serem resolvidos. Outro aspecto preocupante analisado é o baixíssimo número de discussões que acabam resultando em encaminhamentos e ações, o que dificulta a solução ou redução dos problemas ambientais do município. É preciso replanejar a dinâmica das discussões pautadas de forma a aumentar o número de encaminhamentos e ações para que haja uma atuação mais efetiva do Conselho.

Ainda assim, apesar das dificuldades encontradas, considera-se o COMDEMA como instância fundamental para o desenvolvimento ambiental do município, e que deve

receber maior atenção e comprometimento para sanar as dificuldades encontradas, proporcionando ações para a mudança e transformação da qualidade de vida e do meio ambiente de Tefé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMIDES, R. **Conselhos além dos limites**. 2001.
- ABREU, M.C.S.; MESQUITA, M.S.S.; FILHO, J.C.L.S. Análise institucional da gestão ambiental pública no seminário nordestino: O caso do município de Independência-CE. **Revista Redalyc**, v.12, n.26, p.108-141, 2014.
- ANDRADE, A.L.B.; PEREIRA, H.S.P.; ZEFERINO, V.O.; MORAES, R. As conferências estaduais de meio ambiente e a política estadual do Amazonas sobre biodiversidade e floresta. in ANAIS DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA, 2., 2012, Manaus. **Anais [...]** Manaus: EDUA, 2012. P.339-351.
- BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 02 set. 1981. P.16509. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis16938compilada.htm. Acesso em 24 de jul. 2023.
- CAMARGO, A.L.B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 6.ed. Santa Catarina: Papyrus, 2003.
- CARVALHO, P.G.M; OLIVEIRA, S.M.C; BARCELLOS, F.C; ASSIS, J.M. Gestão local e meio ambiente. **Revista ambiente e sociedade**, v.8, n.1, 2004.
- CEZARE, J.P. **Conselhos municipais e governança: Uma Análise do Conselho de Representantes Paranapiacaba e Parque Andreense do Município de Santo André-SP**. Dissertação (de Mestrado Saúde pública) - Universidade de São Paulo, 2009.
- COIMBRA, S.A.; FERNANDES, A.A. Sujeitos coletivos e educação ambiental: O papel das ONGS ambientalistas de Juiz De Fora no conselho municipal de meio ambiente-COMDEMA – JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS. **Revista Vianna Sapiens**, v.2, n.1, p.127-152.

- CONCEIÇÃO, Z.S.; SILVA, J.C.A.; ALEIXO, N.C.R. Desmatamento as margens da estrada da Emade no município de Tefé – AM, uma análise dos anos de 1990 e 2015. In: XVII Simpósio Brasileiro de geografia física aplicada, 2017, Campinas. **Anais [...]** campinas SP: Instituto de Geociências-Unicamp, 2017.
- CÔRTEZ, S.M.V. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. **Revista Educar**, n.25, p.143-174, 2005.
- DALLAGO, R.M. **A fiscalização ambiental e o papel do batalhão de Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal**. Monografia(para obtenção de título de bacharel em direito) - universidade de Brasília, 2013.
- DUTRA, L.M.C. **Poluição sonora no entorno de bares, lanchonetes e similares no município de Santos e os instrumentos repressivos da fiscalização administrativa**. Dissertação (para obtenção de grau para mestre em direito)- Universidade Católica de Santos, 2007.
- FARIAS, S.C.G. Espaços de participação social nas questões ambientais do município de Rio das Ostras: O caso do Conselho Municipal De Meio Ambiente. **Revista científica Internacional**,v.1, n.14, p.117, 2010.
- FRIAS, J. ; CAVA, F.; SOUZA, F.C.C.N.S. **Como criar e gerir um conselho municipal de meio ambiente? (COMDEMA)**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2021.
- GUERRA, L.D.; RAMALHO, D.S.; SILVA, J.B.; VASCONCELOS, C.R.P. **Revista internacional de desenvolvimento local**, v.8, n.1, p.09-25, 2007.
- HOGAN, D.J. População e meio ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN D.J. (Org.) **Dinâmica populacional e mudanças ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas núcleo de estudos de população-Nepo, 2009. p.13-49.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022 de Tefé**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brsil/am/tefe/panorama>>. Acesso em 24 jul. 2023.

- JACOBI, P.R. **Participação na gestão ambiental no Brasil:** Comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados. 2006
- JUSTO, M.C.D. **Análise da capacidade do COMDEMA de Mairinque-SP em definir temas para Agenda Pública.** São Paulo 2014
- LEME, T.N, Os municípios e a política nacional do meio ambiente, **revista planejamento e políticas públicas PPP**, n.35, 2010.
- MARCHESE, L.Q.; KONRAD, O.; CALDERAN, T.B. Logística reversa e educação ambiental contribuindo para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Caderno pedagógico**, v.8, n.2, p.83-96, 2011
- MESQUITA, M. **Identificação de fragilidade ambiental nas estadas Agrovila e Emade Tefé (AM).** Dissertação (Mestrado em geografia) - Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- MORAES, M.C.A.; HENKES, J.A. Recolhimento e transporte do lixo residencial: impactos ambientais na cidade de Tefé Amazonas. **Revista gestão sustentável ambiental**, v.4, n.1, p. 474-486, 2015.
- NOVICKI, V.; SOUZA, D.B. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Revista Ensaio**, v.18, n. 69, p.711-736, 2010.
- NUNES, R.B.; RODRIGUES E.A. Calçadas públicas como fator de acessibilidade e mobilidade urbana na cidade de Tefé-AM. **Revista Perspectiva Geográfica**, v.12, n.17, p.164-180, 2017.
- PEIXOTO, D.J.O. **A participação da sociedade na tomada de decisões da gestão ambiental municipal:** uma análise qualitativa. Dissertação (mestrado em ciências da engenharia ambiental)- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2013.
- PORTO, K.S. **Impactos ambientais do processo de ocupação da Orla do município de Tefé/Amazonas- o bairro de Juruá.** Dissertação (mestrado em geografia humana) - Universidade de São Paulo, 2011.

- QUEIROZ, F.A. A questão ambiental nas negociações da OMC e dos Blocos Econômicos Regionais. **Revista Ambiente e Sociedade**, v.8, n.2, 2005.
- RIBEIRO, R.C. **Viagens à corte do Solimões**. Manaus: Gráfica Rex, 1996.
- RODRIGUES, E. ; BILLACRÊS, M. Participação e formação ambiental em Tefé/AM, na perspectiva da educação ambiental não formal. **Revista Brasileira de educação ambiental BEA**, v.16, n.2, 2021.
- SANTOS, R.F. **Planejamento ambiental: teoria e pratica**. Oficina de textos, São Paulo, 2004.
- SILVA, A.D; PINHEIRO, E.S. A problemática de resíduos sólidos em Tefé, Amazonas. **Revista Sociedade e natureza**, v.22, n.2, p.297-312, 2010.
- SILVA, G.D.N; ZIMMERMANN, C.; SILVA, D.S.N.; NUNES, E.J.S. **Conselho municipal de meio ambiente: Estudo de caso em Alta Floresta-AM, na Amazônia Brasileira** . 2014.
- SOUZA, A.L.L.S. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: Uma reflexão critica. **Revista Paper do NAEA**, n.045, 1995.
- TEFÉ, Decreto nº. 112/09-PMT-GP, de 11 de setembro de 2009. **Secretaria Municipal de Administração**.
- TRINDADE, S.C.C. Das cidades nas florestas às cidades da floresta: Espaço, Ambiente e urbana diversidade na Amazônia brasileira. **Revista Papers do NAEA**, n. 321, 2013.